



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de Junho de dois mil e nove.

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Teixeira da Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. António Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, foi designado a Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha procedeu à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Dr. António Simões Saraiva, o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, o Sr. Engº Carlos Artur Simões Esteves Maia, o Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca e a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não se encontravam presentes nesta sessão o Sr. António Correia Dias, o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia e o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que não remeteram justificação relativa às suas ausências.

Também se encontravam ausentes o Sr. António Maria Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, e o Sr. Prof. António Guilherme Inácio de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, que designaram, para seus substitutos, o Sr. Fernando Marques Fernandes e o Sr. Amarino Ferreira de Brito, respectivamente.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e nove, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Entrando-se no período antes da Ordem do Dia, o Sr. Carlos Rocha colocou a seguinte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão:

“Temos aqui uma Comissão que pede para ser ouvida no período reservado ao público, nos termos do artigo dezanove do nosso Regimento. Normalmente, essas intervenções são no fim das Assembleias Municipais, sendo, assim, o último ponto. Já estive a conversar com os elementos da Mesa e esta entende que se, de facto, a Assembleia não tiver nada contra, essa intervenção seria produzida no princípio, para os “libertar” de estarem aqui e de terem que esperar pelo final da sessão. Não há necessidade nenhuma de pessoas que vêm aqui apresentar os seus problemas estarem aqui até tarde. Quero dizer que temos muito prazer em termos cá as pessoas mas, de facto, não há essa necessidade. Eu punha esta questão à votação e, se não virem nada contra, eles vão fazer a intervenção agora e, depois, nós iríamos para a nossa Ordem de Trabalhos, contando com o período antes da Ordem do Dia.

Colocada à votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Em seguida, a Sra. D. Maria Fernanda Ribeiro Costa, em representação dos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Senhor das Almas, fez a seguinte intervenção:

“Os Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da localidade de Senhor das Almas, do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, do concelho de Oliveira do Hospital, vêm, deste modo, expor à consideração de V. Exa. um conjunto de preocupações relativas ao actual momento de final de ano lectivo com que a escola se debate e as perspectivas que nos foram sendo apresentadas para o seu funcionamento, no próximo ano lectivo.

Assim, solicitamos a sua melhor atenção para o que, em seguida, passamos a expor.

A localidade de Senhor das Almas é uma aldeia da freguesia de Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira do Hospital, que, desde a década de 80 do século passado, tem sido servida, como escola, por um edifício que, à data, foi construído, provisoriamente, apenas com uma sala de aula, duas casas de banho e um pátio para arrumações. Esta solução visou dar resposta ao crescimento da população escolar que então se verificava e, ao mesmo tempo, colocar fim a um conjunto de vicissitudes com que os alunos, até aí, se viam confrontados, diariamente, na deslocação que faziam para a escola de Nogueira do Cravo, que então frequentavam.

Como foi referido, tal edifício foi construído como solução provisória às necessidades de escolarização das crianças da localidade. Contudo, e apesar das promessas feitas, repetidas vezes, por diversos autarcas do concelho, nunca tal edifício foi alvo de obras de requalificação ou lhe foi acrescentada mais uma sala de aula que permitisse o seu funcionamento em regime normal.

Assim, aquilo que, inicialmente, foi construído com carácter provisório, acabou por se tornar definitivo, razão pela qual esta escola, ao longo de todos estes anos, tem funcionado em regime de desdobramento de horário, o que não obsteu a que, em nosso entender, os alunos que a frequentavam tivessem obtido resultados escolares muito satisfatórios.

No final dos últimos anos lectivos, os Pais e Encarregados de Educação dos alunos desta escola têm sido chamados a pronunciar-se quanto à sua autorização, ou não, no que respeita à transferência de algumas crianças para outras escolas, nomeadamente Nogueira do Cravo, Aldeia de Nogueira, Santa Ovaia. Repetidamente, também, os encarregados de Educação não concordaram com essas deslocações, pelas razões que entretanto aduziram e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficaram registadas nas actas dessas reuniões realizadas com a Direcção do Agrupamento.

No final deste ano lectivo, uma vez mais, fomos confrontados com um conjunto de propostas de deslocação dos alunos da escola de Senhor das Almas para outras escolas do Agrupamento, propostas essas que permitiriam, até, a médio prazo, o encerramento da escola nesta localidade.

Como em outros momentos, também discordamos destas alternativas pois, para além de não respeitarem o nosso desejo de manter as nossas crianças na nossa localidade, ainda iriam agravar as condições pedagógicas nas turmas onde seriam acolhidas, deixando em situação de precariedade todo o apoio às famílias que, nomeadamente no ATL, até aqui, em Senhor das Almas, tem sido oferecido.

Naturalmente que queremos e desejamos que os nossos filhos frequentem a escola do 1º ciclo em condições de igualdade de oferta de ensino, conscientes, também, que o horário de regime normal é aquele que melhor garante uma escolarização mais eficiente e equilibrada.

Todavia, não deixamos de nos sentir profundamente defraudados com estas propostas, pois, de há muito, ficaram por concretizar os compromissos que os autarcas, principalmente a Câmara Municipal, assumiram com a população e que era a requalificação da escola, estando nós mais indignados ainda, neste momento, pois a Carta Educativa Concelhia, aprovada pela Assembleia Municipal em dois mil e oito, prevê um aumento desta escola com mais uma sala de aula e um refeitório que sirva, também, as crianças do Jardim de Infância.

Gostaríamos de referir, ainda, que já por diversas vezes os pais e alguns construtores civis de Senhor das Almas se disponibilizaram para ajudar nas obras necessárias. Até hoje, esta nossa boa vontade nunca chegou, sequer, a obter resposta.

Sabemos, também, que a localidade de Senhor das Almas continua, embora a baixo ritmo, em expansão, sendo localidade preferida para muitos casais jovens que ali têm procurado habitação, garantindo, no futuro, crianças em número suficiente para assegurar a existência de duas turmas na escola.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha tomou a palavra:

“Este é um assunto sobre o qual nós não vamos tomar qualquer deliberação pois, se houvesse necessidade, ele teria que ser agendado com antecedência, para obter uma deliberação. A Mesa vai procurar ouvir se há intervenções que queiram fazer sobre esta matéria, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara. Mais tarde, a Mesa dará o devido seguimento a esse documento.

O Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra, se faz favor?”

Intervio, depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara remete as proponentes desta proposta para a leitura do conteúdo da acta da última reunião de Câmara.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes:

“Antes de mais: a reunião da Câmara foi na passada terça-feira e eu ainda não tive, sequer, a possibilidade de ler a acta. Portanto, como é que eu posso ter uma opinião sobre isto, a não ser por aquilo que eu tenho ouvido e lido? O Sr. Presidente remete para a acta da reunião de Câmara e eu, a única coisa que exijo, é que essa acta me seja entregue neste momento, para que eu possa – e pedia cinco ou dez minutos – poder ler aquilo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, porque eu não sei o que é. E não vou, de qualquer das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maneiras, tomar qualquer tipo de posição – a favor ou contra – sem ler essa posição, pois ela é que poderá levar a ter uma participação na discussão, quer a favor, quer contra, da petição dos representantes dos pais dos alunos da escola do Senhor das Almas. Aquilo que eu exigia neste momento era precisamente isso.”

Depois, interveio o Sr. Luís Almeida:

“Eu também não tenho conhecimento da acta da última reunião de Câmara e também pedia que me fosse fornecida essa acta. Acerca deste assunto, tenho aqui uma declaração e uma moção, se já puder pô-la à votação.”

Face a esta proposta, a Mesa da Assembleia referiu que a declaração e a moção da CDU sobre o assunto em causa deviam ser apresentadas no período antes da Ordem do Dia e não neste período de intervenção do público.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha colocou a seguinte questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente: há possibilidade de nos fornecer a acta ou de, pelo menos, fazer um resumo do que é que lá está?”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu:

“Eu acho que o Presidente da Câmara tem o direito de responder ou de não responder. Relativamente à questão aqui apresentada, aquilo que eu disse... A acta, naturalmente que não está elaborada. Quando estiver elaborada, consultem. Agora, eu tenho o direito de responder ou de não responder a determinadas questões. E entendo que, relativamente a esta questão, a minha resposta está contida na acta da última reunião de Câmara. E, portanto, quando a acta estiver elaborada, as pessoas terão acesso àquilo que eu disse.”

Interveio, depois, o Sr. João Abreu:

“Primeiro queria saudar estas pessoas que, no uso do direito democrático consignado na lei, vêm aqui, legitimamente, expor um problema que as afecta. E creio que isto é extremamente salutar, importante e enriquece o nível desta Assembleia.

Depois, eu também quero dizer que estou, em tese geral, de acordo e solidário com estas pessoas porque a minha freguesia também já foi alvo de uma tentativa de encerramento da escola e, hoje, – e este exemplo já foi dado várias vezes – a vida provou que era absolutamente errado ter encerrado aquela escola. Como sabem, este ano funcionam duas turmas em Meruge, tem vinte e um alunos e a perspectiva, para o ano, é de ter ainda mais um, apesar dos que saem. De facto, criaram-se condições para que as crianças, no seu *habitat* natural, junto do afecto dos seus, se pudessem desenvolver do ponto de vista escolar, mas também afectivo, que não é menos importante do que o aspecto escolar.

O Sr. Presidente tem todo o direito de falar ou não falar mas creio, muito sinceramente, que ajudaria, tendo em conta que nós não conhecemos a acta, conhecermos a argumentação que o Sr. Presidente aduziu para a acta. Era importante que nos pudesse dar algumas indicações, algumas razões, da posição da Câmara. Isto porque não sabemos qual é a posição do Município, que é responsável pela rede do ensino básico. Portanto, não conhecemos essa posição e é importante conhecê-la para discutirmos aqui com propriedade, com conhecimento de causa e para tentarmos – que é isso que se pretende – encontrar uma solução que seja satisfatória para as mães e para as crianças e que não seja onerosa para o Município. É isso que se impõe neste momento, com serenidade e com lucidez.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Peço desculpa em não ter dito, no princípio, a minha solidariedade para convosco mas, em primeiro lugar, aquilo que eu queria saber era a resposta da Câmara. E eu acho que este momento deve ser ímpar nesta Assembleia Municipal, de falta de democracia, de falta de respeito por estes membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara diz que não responde a quem manda nele, a quem tem que prestar provas. E o Sr. Presidente da Câmara tem que dar provas de tudo aquilo que faz: quer das contas, quer das suas posições, seja do que fôr, nesta Assembleia. Eu não admito que nós sejamos tratados – desculpem o termo – “abaixo de cão”, neste momento, pelo Sr. Presidente da Câmara. Isto é um tratamento que não deve ser feito a ninguém, principalmente às pessoas que foram eleitas democraticamente para esta Assembleia Municipal. Acho que isto é a negação total da liberdade, do futuro, da democracia, de tudo aquilo que representa. E, utilizando as palavras muitas vezes utilizadas aqui pelo Jano e pelo Abreu, que isto é a negação total do vinte e cinco de Abril. Portanto, eu não vou tomar qualquer posição em relação a isso, enquanto não ler a acta que já aqui foi dito que não está feita. E queria passar já para o período Antes da Ordem do Dia. Ou vem a acta ou eu vou-me embora. Isto não é Assembleia, isto não é nada. Não pode ser.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, queria dizer que eu acho que é democrático, é legal. E, como disse o João Abreu e bem, enriquecimento quando cidadãos participam nestas Assembleias, independentemente de estarmos de acordo ou de não estarmos de acordo.

Eu fui Presidente de um Agrupamento de Escolas e estou aqui absolutamente à vontade para falar sobre este assunto e para dizer o seguinte: há uns anos atrás, o Sr. Presidente da Câmara acusava-me que eu não deixava fechar algumas escolas do primeiro ciclo do Agrupamento da Escola da Cordinha. Isto é verdade e o Sr. Presidente não pode negar. E eu sempre achei que as escolas do primeiro ciclo devem fechar contra algumas posições do Governo Socialista. Também quero dizer aqui e admiti-lo. E, depois, já posso falar por isso. Porque estou aqui para falar verdade. E houve o caso da própria Sobreda, que se aguentou. Hoje, há uma escola das Seixas que ainda se mantém e o Prof. Inácio sabe isso. E a escola de Andorinha, só quando eu era Presidente do Agrupamento das Escolas, comigo não fechou. A única que fechou foi a de Fiais da Beira por ter o reduzido número de alunos de três. Na minha opinião pessoal, continuo a pensar, independentemente dos alunos, de terem melhores condições às vezes noutras escolas, mas a sua proximidade das suas aldeias, dos seus pais, é uma alegria. E eu penso que tirar, às vezes, essas crianças dessas aldeias é tirar a alegria dessas aldeias, na minha opinião. E, por isso, queria dizer que defendo... Neste momento, por exemplo, no território da Cordinha tenho dito isto – e o João Dinis não me passou nenhuma atestado para eu dizer isto – defendo que, neste momento, só se devem fechar escolas quando, realmente, o número de alunos seja inferior a dez, ou seja, um conjunto de alunos onde já não haja condições. Tenho vindo aqui a alertar para essa situação. Independentemente, os centros escolares, este concelho perdeu uma oportunidade única de fazer as coisas diferentes. E, nalgumas coisas, também digo aqui, reconheci que algumas coisas feitas na Educação éramos um concelho bem servido. Por isso, aquilo que eu quero dizer é que concordo perfeitamente que, se a escola ainda tem número de alunos suficiente, devem-se melhorar as condições porque foi aquilo que foi prometido aos encarregados de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

educação. A escola deve continuar aberta, mesmo contra a posição da própria DREC.”

Intervio, depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Eu só quero dizer aqui uma coisa que me parece clara e inequívoca, para que não haja exaltação por parte de alguns membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal não criou problema nenhum. Os encarregados de educação que aqui estão têm todo o direito de estar cá, têm todo o direito de colocar as suas questões. Mas a Câmara não criou problema nenhum. O problema é entre os encarregados de educação e o Agrupamento. Não tem nada a ver com a Câmara. Portanto, não introduzam a Câmara naquilo que a Câmara nada tem a ver. Eu não estive nem participei em nenhuma reunião com os encarregados de educação. Não estive em nenhuma reunião. E as leis, quem as fez também não fui eu. Foi o Governo que está a governar o País que definiu as regras de funcionamento das escolas. Não fui eu, foi o Governo. Foi isto que eu disse em reunião de Câmara. São estas questões que são fundamentais e que eu disse. E há-de aparecer escrito em acta aquilo que eu disse. E disse outra coisa: jamais a Câmara se intrometerá em questões de ordem pedagógica.

Não percebo a intervenção do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino quando, por um lado, vinha ali dizer que o Presidente da Câmara não aproveitou a oportunidade para os centros escolares... Os centros escolares davam lugar ao encerramento de todas essas escolas, imediatamente. Não sejamos demagógicos. Não venhamos para o micro fazer demagogia. Isto é claro e é inequívoco. A construção dos centros escolares é única e exclusivamente para fechar as escolas do primeiro ciclo onde elas existem e para criar outras condições pedagógicas para as crianças, com bibliotecas, com refeitórios e com outras infra-estruturas que, hoje, as escolas do primeiro ciclo não têm. Isto que fique claro que é para que toda a gente saiba qual é a linguagem que se fala e qual é a linguagem da verdade.

E, por outro lado, quero dizer outra coisa aos senhores encarregados de educação: nenhum deles encontra, em programa nenhum apresentado por mim, a dizer que ía fazer isto ou aquilo na escola. Nenhum deles encontra. Portanto, também não venham para cá com aquela situação de dizer que foi prometido porque em nenhum programa que eu apresentei ao eleitorado está lá escrito que eu ía requalificar a escola do Senhor das Almas ou que ía lá fazer outra sala. E tem havido intervenções na escola para a manter em boas condições de funcionamento. E não foi uma nem duas; já foram feitas várias intervenções.

Os pais têm todo o direito de fazer as suas reclamações, de ter as suas exigências. Agora, há uma coisa que é assim: o que tem a ver com pedagogia não tem nada a ver com Câmara. A Câmara não tem nada a ver com pedagogia. A pedagogia é do Agrupamento e quem fez as reuniões com os encarregados de educação foi o Sr. Presidente do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas. Isto que fique bem claro, que é para que não haja equívocos nesta matéria.

Toda a gente sabe que, infelizmente e tendencialmente, há fecho destas escolas por falta de alunos. E não sou eu que “faço alunos”. Ou os casais têm filhos em idade escolar ou, pura e simplesmente, não sou eu que “os faço”. Quem definiu as regras foi o Ministério da Educação, não fui eu. Foi o Ministério que disse quais é que são as condições em que as escolas devem funcionar e que tem vindo a aplicar essas regras. E não fui eu, também – porque já alguém andou para aí a dizer acerca da questão de Santa Ovaia – que falou em Santa Ovaia. Eu nunca falei de Santa Ovaia. O trabalho que este Conselho Executivo andou a fazer aqui, também o andou a fazer em Avô. Está aqui o Sr. Presidente da Junta que pode



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

confirmar que o Conselho Executivo do Agrupamento do Vale do Alva andou a fazer a mesma diligência junto dos pais dos alunos de Avô, com vista ao encerramento da escola daquela localidade. Portanto, isto não tem a ver com a Câmara. Tem a ver com funcionamento das escolas e com a definição pedagógica do funcionamento das escolas. E tem a ver com a aplicação de leis, que foram feitas pelo Governo e não pelo Presidente da Câmara.”

Seguidamente, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara demonstra aqui, claramente, que tem alguns problemas e algumas incapacidades. Se não tivesse essa incapacidade, teria sido o primeiro a participar nessas reuniões de pais, para encontrar uma solução. Depois, queria dizer-lhe o seguinte: estes centros escolares de que falo aqui, o Sr. está absolutamente enganado. E quero-lhe dizer porque é que o Sr. está enganado. Porque a Escola Básica Integrada da Cordinha existe, e a Escola do Primeiro Ciclo do Seixo existe e a Escola do Primeiro Ciclo de Vila Franca existe. Não se fecharam as escolas, como o Sr. está a dizer, fazendo-se os centros escolares. A visão que eu tinha, diferente da do Sr. Presidente e já lho disse aqui na última Assembleia, foi que, se fosse eu, tinha feito as coisas realmente de maneira diferente na área educativa. E quando eu lhe digo que essa lei que o Sr. Presidente da Câmara diz aqui que este Governo está a aplicar e que é verdade, também deve conhecer a origem dele e qual foi o governo que a publicou. Não se lembra mas eu lembro: foi uma lei de Cavaco Silva; foi uma lei do PSD; não foi uma lei deste Governo. Sabe isso, também, mas omitiu-o. De qualquer maneira, o que eu lhe queria dizer é que esses centros escolares permitiram o encerramento, no caso da Escola da Cordinha... E eu disse aqui ao Sr. Presidente da Câmara, declaradamente na penúltima Assembleia, que, na minha opinião, até este centro escolar é um disparate e continuo a pensar que é um disparate. Porque há diferenças entre as pessoas. Há pessoas que são capazes de dizer aquilo que na política o que está bem, está bem, e há pessoas que, independentemente de estar bem, dizem sempre que está mal. Eu não tenho sido desses, até sobre a área da Educação, Sr. Presidente. Eu já reconheci aqui que algumas coisas na área da Educação até funcionam bem neste concelho e tenho que dizer que a Sra. Vereadora sabe que isto é verdade. Agora, o que eu lhe vou dizer é uma coisa: um Presidente da Câmara que se preze não se pode desculpar com o Presidente do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas. Porque um Presidente que se preze – se não tivesse alguma incapacidade em encarar os pais – faria reuniões com eles e queria uma estratégia de consenso e não de conflito. E os problemas, muitas vezes, neste concelho, percebemos que se resolvem pelo conflito e não pelo consenso.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes:

“Eu mantenho aquilo que disse na minha intervenção por uma razão: pelos vistos, era tudo escusado. O Sr. Presidente da Câmara é que provocou este atrito, ao dizer que não respondia, que não dizia nada, que tinha a resposta apenas na acta da Câmara. Foi por isso que foi a minha intervenção e era escusado. Era escusado, Sr. Presidente. Tivesse dito isso e, se calhar, não teria ouvido aquilo que queria e que não queria e aquilo que, se calhar, eu também não queria dizer e que fui obrigado a dizê-lo. E continuo a dizer: o Sr. só demonstrou falta de respeito para esta Assembleia.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. D. Maria Fernanda Ribeiro Costa, em representação dos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor das Almas, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco, esqueci-me de referir que nós, os pais que, neste momento, estão aqui a representar a localidade do Senhor das Almas, não são nenhuns ignorantes e sabem perfeitamente que isto é da parte do Ministério da Educação que quer e que ordena que a escola não faça desdobramento. Nós sabemos perfeitamente disso. Só que é assim: a escola do Senhor das Almas tem, neste momento, vinte e um alunos, mais dezoito na pré. Temos oito inscrições para o primeiro ano e há vários pais e várias mães que, neste momento, não estão a matricular os filhos na pré porque já correm os boatos – e já não são boatos mas a realidade – que a escola poderá fechar. Por isso é que não estão, neste momento, a fazer matrículas na pré. Estão a fazer as matrículas noutras prés porque acham que a escola vai fechar. Portanto, nós temos conhecimento disso. Sabemos que a parte pedagógica é importante mas temos alunos suficientes para que a escola continue aberta.

Outra coisa muito importante que me esqueci de referir: o Presidente do Agrupamento tinha, realmente, toda a tendência em mandar os nossos filhos para Santa Ovaia. Isso está fora de questão. E Nogueira, neste momento, não tem condições, nem a nível de escola – que está super lotada – nem a nível de ATL, para receber os nossos filhos.

Eu estou, este ano, com uma filha na primeira classe mas há aqui mães que já têm os filhos há mais tempo, já andam nesta “luta” há mais de seis anos e foi-lhes realmente prometido que era construída uma sala no Senhor das Almas. E o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento, há quinze dias numa reunião lá na escola connosco, frisou – e muito bem – que, se a Câmara Municipal já tivesse autorizado e feito obras na escola e tivesse concedido mais uma sala, não havia necessidade de, agora, estarem a tirar turmas de lá. E, inclusivamente, está na Carta Educativa aprovada em dois mil e oito.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Eu tenho que responder porque, realmente, ouvi coisas, como aquela que ouvi da parte do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, que até me fazem “transpirar”. E fazem-me “transpirar” porque, vir aqui invocar uma lei de Cavaco Silva, que já saiu do Governo em mil novecentos e noventa e cinco, quando nós estamos em dois mil e nove, e querer remeter este problema para uma lei de Cavaco Silva, quando o Partido Socialista – de que o Sr. Deputado José Carlos Alexandrino vai ser candidato às próximas eleições – governou onze anos nos últimos catorze, é realmente descaramento a mais. E é engraçado que o Sr. candidato e deputado, por um lado fale contra o Governo, contra a Ministra, que discorda, e, por outro lado, manifeste concordâncias. Não sei, com este jogo enviesado em termos de pensamento político, onde é que vamos parar.

Eu quero dizer o seguinte: continuarei como sempre, com a mesma postura e com a mesma dedicação, empenhamento e disponibilidade, para o combater politicamente e para continuar a defender aquilo que eu entendo que é o mais correcto para o concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente no domínio da Educação, onde o Sr. pensa que a ciência e o saber são todos seus mas está muito enganado porque há muita gente a pensar a Educação, a saber o que é que quer para a Educação e a ter um pensamento bem diferente do seu. O seu pensamento, já o percebi: é um pensamento despesista, de não aproveitamento dos recursos existentes. O meu pensamento é diferente: é de aproveitamento dos recursos de forma a que se possa fazer mais no investimento nos alunos, gastando menos onde se pode gastar, ao nível de infra-estruturas. E, por isso, aí somos diferentes.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também queria repetir que as questões pedagógicas são questões do Agrupamento. Eu não fiz nenhuma reunião com os pais relativamente a esta matéria. A Câmara não tem que se intrometer nas questões pedagógicas. E não se intrometerá. Enquanto eu fôr Presidente da Câmara não se intrometerá em questões pedagógicas.

Também gostaria de dizer que a escola do Senhor das Almas tem previsto ter, no ano lectivo dois mil e nove, dois mil e dez, oito alunos no primeiro ano, cinco no segundo, quatro no terceiro e quatro no quarto ano. A previsão de alunos para dois mil e dez, dois mil e onze, será de quatro alunos no primeiro ano, oito no segundo, cinco no terceiro e quatro no quarto. E, em dois mil e onze, dois mil e doze, seis no primeiro ano, quatro no segundo, oito no terceiro e cinco no quarto. Em dois mil e doze, dois mil e treze, a previsão é de dois ou três alunos para o primeiro ano, seis para o segundo, quatro para o terceiro e oito para o quarto ano. Estas são as previsões.

E queria dizer aqui uma coisa muito clara e objectiva: quando chegarmos a dois mil e doze, dois mil e treze, eu espero que alguns façam o balanço dos alunos que vão ter no Agrupamento da Cordinha, no Agrupamento de Lagares e no Agrupamento do Vale do Alva, que é para, depois, poderem tirar ilações das consequências negativas da falta de alunos nesses Agrupamentos. É importante que se pense nisso. É importante que se pense o que é que vai ser a rentabilidade daqueles investimentos em dois mil e doze, dois mil e treze. Já não digo mais. Aponto para dois mil e doze, dois mil e treze. Vão ver, com certeza, grandes diferenças.

Queria dizer claramente isto e dizer que as leis, quando não estão bem, alteram-se. Mas, servirmo-nos das leis, que outros fizeram, para, depois, argumentarmos que foram os outros que as fizeram, isso não é fazer política séria. É fazer política pela demagogia.”

Seguidamente, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Por acaso, fico contente porque vejo que o Sr. Presidente fica incomodado. E, se está incomodado, é porque não está tranquilo. Porque eu estou tranquilo.

E queria dizer-lhe o seguinte: eu sou um homem livre, não sou um homem de partidos. Quero dizer-lhe isto aqui, cara a cara. Não sou um homem de partidos; sou um homem livre. Há algumas diferenças, realmente, entre nós. Até porque lhe vou dizer uma coisa: por causa de partidos – e já tenho dito isto –, quando tiver que criticar quem fôr deste Governo... Porque não sou filiado em nenhum partido. E, se calhar, foi por isso que o Sr., uma vez, me convidou para ser candidato a vereador a esta Câmara pelo PSD. Lembre-se disso. Senão, diga que é mentira.

Quem falou em candidatos não fui eu; foi o Sr. Presidente da Câmara que falou aqui que eu era candidato e que estes problemas eram todos por eu ser candidato. Quero, também, dizer-lhe o seguinte: Sr. Presidente da Câmara, o Sr. falou aqui em demagogia mas, sobre demagogia, nós estamos muito conversados porque o povo diz: “olha para o que eu digo...”

E, para terminar, porque isto pode incomodar alguém, digo-lhe mais, Sr. Presidente da Câmara: este debate, nem o Sr. estaria incomodado comigo, acusando-me de ser um candidato com dois discursos, se respeitassem os estatutos do PSD e do seu partido.”

Por fim, interveio o Sr. João Abreu:

“Nós estamos aqui a debater uma questão apresentada por cidadãos do nosso concelho que querem ver resolvido o problema que as afecta. E é esta a questão de fundo. E, embora



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com toda a legitimidade, isto “resvalou” e as Sras. hão-de estão a perguntar em que é que ficamos.

Sinceramente, não sei se, nesta fase, se podem fazer propostas. Mas, a proposta era esta: respeitando sempre a independência dos órgãos das escolas, creio que não fica mal à Câmara – nem pode ser, de nenhuma maneira, acusada de ingerência – se tomar a iniciativa de marcar uma reunião com o Executivo, com os pais, e, serenamente, sem pressão de cada um parecer mais defensor dos interesses do que o outro – porque estamos em campanha eleitoral – discutirem o problema e apontarem uma solução para ele. Porque estamos aqui a “afunilar” as coisas e pode haver outras soluções. Ouvir as opiniões dos pais, do Conselho Executivo e da Câmara Municipal porque, de facto, os edifícios são da Câmara Municipal. Eu propunha que se marcasse, para a semana, uma reunião. E deixava este apelo ao Sr. Presidente da Câmara.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha tomou a palavra:

“Vamos encerrar aqui o debate e vamos aproveitar as palavras do João Abreu para vos pedir desculpa do seguinte: tirem a questão política porque, de facto, não foi isso que vos trouxe aqui. Há um assunto concreto que pretendem resolver. Vamos encerrar aqui a vossa exposição. Já viram que ela tem “pano para mangas” entre as diversas posições que há aqui nesta Assembleia. O Luís Martins tem uma proposta e, nesse momento, no período certo, vamos discuti-la. Esta Assembleia – contrariamente ao que o Carlos Mendes quis dizer – é uma Assembleia democrática, onde toda a gente tem direito à palavra. Mas, há uma questão que é certa: provavelmente, dessa discussão nascerão outras soluções, como aqui disse o João Abreu, que me pareceu uma intervenção mais serena, mais calma, mais tranquila, no meio de tudo isto. Concerteza que vamos dizer-vos o que é que resulta desta Assembleia, nomeadamente a nível de propostas a discussão. É isso que podemos fazer, sendo que o vosso assunto foi aqui presente, foi discutido e nós interiorizámos o que pretendem. Muito obrigado.

Entrando no período Antes da Ordem do Dia, gostaria de dizer que o Sr. Dr. Simões Saraiva pediu-me que, se fosse possível, a Assembleia votasse a proposta do seguinte voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Cid Teles:

Todos sabem que o Sr. Manuel Cid Teles dedicou a maior parte da sua vida ao nosso concelho, em todos os domínios da cultura mas com especial destaque na música, na poesia, no teatro e na pintura.

Recordá-lo-emos como um homem justo, sereno e culto, cujos valores pessoais transmitia aos que tinham o privilégio de o conhecer.

Ao que se sabe, do seu testamento consta um legado em dinheiro para uma instituição social do concelho, o que vem confirmar outra dimensão que sempre lhe reconhecemos: preocupação social e um grande e generoso coração.

Por tudo isto, propomos que o voto de pesar seja traduzido num minuto de silêncio e que seja transmitido à sua Família.”

Posta à votação a proposta do Sr. Dr. Simões Saraiva, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra:

“Eu também trazia aqui essa proposta. Portanto, não vou colocá-la porque concordo plenamente com a proposta apresentada pelo Sr. Dr. Saraiva, neste caso representado pelo Carlos Rocha. Mas queria dizer o seguinte: eu sempre vivi aqui, sou de cá, e, desde miúdo,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre vi, sempre acompanhei, sempre falei e sempre tive algumas conversas com o Sr. Manuel Cid Teles. Era um homem educado, compreensivo, falava a toda a gente, tinha sempre uma palavra de conforto, de carinho ou de amizade. Era um homem com muita rectidão, com muito carinho pelos outros e que representava aquilo que de bom esta terra tinha nessa altura e que eu, infelizmente, começo a ver que essas pessoas começam a faltar no nosso concelho.

E, como homenagem, além do minuto de silêncio com o qual concordo plenamente, não tenho jeito mas queria ler o poema “Sou como sou”:

*Sou como sou, e não me importa nada,
Que este ou aquele não goste do que eu sou.
Sei o que quero, e aonde quero vou...
A passo firme e fronte levantada!...*

*Amo essa mão estranha, ignorada...
Que do destino, as linhas me traçou...
E dos outros diverso me tornou
Dando-me esta alma inquieta de nortada!*

*Louco! Poeta! E que me importa a mim!?!...
Tantos falando porque eu sou assim...
Tantos dizendo o que eu devia ser...*

*Sou como sou! E sinto até vaidade,
Quando posso gritar esta verdade:
Sou como sou, e assim hei-de morrer!...”*

Terminada a intervenção do Sr. Carlos Mendes, seguiu-se uma salva de palmas e foi guardado um minuto de silêncio em memória do Sr. Manuel Cid Teles.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha apresentou, também, a seguinte proposta do Sr. Dr. Simões Saraiva:

“Proponho um voto de louvor destinado aos Atletas, Treinador e Dirigentes da Equipa de FUTSAL da EBI da Cordinha, que se sagrou campeã nacional da modalidade em desporto escolar.

Porque esta equipa vai, no próximo mês de Julho, representar Portugal no Campeonato da Europa da modalidade que se realiza no Algarve, desejamos que tenha o maior sucesso.”

Posta à votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por maioria e uma abstenção.

Em seguida, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte proposta:

“Trazia aqui uma intervenção que vou pôr de parte e que vai ficar guardada para a próxima Assembleia.

Depois, queria dividir a minha intervenção em três partes.

A primeira parte era um voto de pesar pela morte do Dr., meu companheiro, colega e amigo de há quarenta anos, Vaz Correia, que acabou de falecer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ele também passou os últimos vinte e sete anos neste concelho, como médico. Concerteza, muitos de nós lhe “passámos pelas mãos”. Portanto, eu queria propor um voto de pesar pelo seu falecimento.”

Depois, tomou a palavra o Sr. João Abreu, que apresentou a seguinte proposta:

“Faleceu hoje, vítima de doença fatal, o Dr. António Manuel Vaz Correia, Médico reputado, que, ao longo de mais de trinta anos, prestou relevante serviço à nossa comunidade na área dos cuidados médicos públicos e particulares.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, hoje reunida, endereça à família do Dr. Vaz correia, sentidos votos de condolências e o reconhecimento público pelo seu elevado empenho profissional.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação as propostas de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Manuel Vaz Correia, tendo sido aprovadas por unanimidade.

O Sr. Carlos Mendes prosseguiu a sua intervenção:

“O segundo ponto era ainda em relação ao que se passou no ponto anterior. Mal vai uma Câmara e um Presidente da Câmara que não ouve os cidadãos, os pais, os encarregados de educação, os alunos, do Senhor das Almas. Terem que vir à Assembleia Municipal para serem ouvidos... Acha que, Sr. Presidente, depois de terem pedido para serem recebidos por V. Exa., depois de pedirem uma reunião com o Sr. Presidente... Terá sido preciso terem vindo aqui para ouvirem aquilo que ouviram? Será que queriam ouvir isto? Reiteramos aqui, Sr. Presidente da Câmara, que o Sr. tem que ouvir os munícipes. E a pergunta final é: a Câmara Municipal vai fazer obras na escola do Senhor das Almas? No próximo ano lectivo, a escola vai abrir ou não? E, com frontalidade, responda a esta Assembleia, aos pais e aos alunos. Acima de tudo, frontalidade, Sr. Presidente. É isto que eles querem saber e por isto que nós, na Assembleia Municipal, estamos preocupados.

O último assunto – como eu já pus ali de lado, para a próxima Assembleia, alguns papéis –, depois de ter ouvido aquilo que ouvi do Sr. Presidente, que não respondia, que “se quiserem, vão ler”, tratar-nos desta maneira, o melhor é isto:

Tendo a noção do clima político que grassa no concelho – como exemplo tivemos a actuação do Sr. Presidente agora –, alimentado por quem deve dar o primeiro exemplo, considerando o ambiente de arrogância, de afrontamento e de desrespeito pelas consciências de muitos, alertados pelo insistente desrespeito pelos mais elementares princípios democráticos com que são diariamente confrontados, aqui, no lugar sede da democracia do Município, queremos frontalmente rejeitar e repudiar todas estas posturas, o que anda a ser feito, por quem anda a ser feito, com que métodos, a todos os estilos democraticamente irresponsável. Não aceitamos a desresponsabilização da política e do exacerbismo de cargos públicos. Antes do final do presente mandato autárquico farei o necessário balanço de todas as oportunidades perdidas pelo concelho. Do concelho adiado, que os primeiros responsáveis políticos do município andaram a alimentar.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Luís Martins Almeida:

“A CDU declara que manifesta a sua solidariedade aos pais e encarregados de educação da Escola do Senhor das Almas, cujos direitos estão a ser postos em causa pela decisão sobre a eventualidade da “transferência” – forçada – dos alunos para uma outra Escola.

A acontecer essa “transferência” – forçada – dos alunos, tal significa o encerramento,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de facto, da Escola do Senhor das Almas.

A acontecer essa “transferência” – forçada – dos alunos, a CDU responsabiliza desde já a DREC e o Governo, e igualmente responsabiliza todo o Executivo da Câmara Municipal.

A CDU também propõe a aprovação da seguinte moção:

MOÇÃO

“Tendo em conta a vontade expressada pelos Encarregados de Educação da Escola do Senhor das Almas, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital solidariza-se com as suas justas e legítimas pretensões.

A Assembleia Municipal recomenda, vivamente, à DREC e ao Ministério da Educação, que respeitem os direitos das Crianças da Escola do Senhor das Almas e dos respectivos Pais e Encarregados de Educação, e o mesmo recomenda à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

A Assembleia Municipal entende ainda que a Câmara deve executar aquilo que a Carta Educativa Municipal consagra e que é a construção de uma nova sala de aulas e de um refeitório na Escola do Senhor das Almas.”

Por fim, queria só fazer um reparo: parece que eu embirro com a estrada do Seixo da Beira mas acho que, quando acabarem as obras, a estrada já está danificada. Quem não conhecer a rotunda do Seixo, por exemplo, está sujeito a dar lá “cabo” do carro nas fissuras que já há no alcatrão. Eu penso que o Sr. Presidente já deve estar a par disto e a tomar as devidas decisões.”

Depois, a Mesa colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Luís Martins Almeida, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito abstenções.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“Há pouco esqueci-me de referir que esta posição é uma posição do grupo parlamentar do PS e que, não querendo alimentar qualquer tipo de situação, a nossa intervenção nesta Assembleia Municipal termina com a leitura deste comunicado”.

Prosseguindo o período Antes da Ordem do Dia, tomou a palavra o Sr. João Abreu:

“Querida voltar aqui “à carga” com a questão da ausência de marcação da estrada de Meruge/Lagares, da sinalização horizontal e vertical, que é complicado, do ponto de vista da orientação dos automobilistas. Gostava que o Sr. Presidente me pudesse dizer alguma coisa, inclusivé também sobre placas de sinalização que foram retiradas e não foram colocadas, o que causa algum incómodo a quem passa por ali. Os locais não estão devidamente sinalizados.

Uma outra questão tem a ver com uma consulta que fiz ao Relatório das Águas do Zêzere e Côa e verifiquei que a ETAR de Meruge foi retirada, não constando do lote das ETAR’s a construir. Estou surpreendido porque não era isso que constava no primeiro Relatório e ficarei indignado se as coisas forem mesmo assim. Portanto, eu pedia que o Sr. Presidente me desse uma explicação sobre isto, quem decide e com que critérios.

Depois, um *fait-divers* sobre uma intervenção que o Dr. Rodrigues Gonçalves fez aqui na última Assembleia sobre a questão das pressões sobre os putativos candidatos. A minha intervenção é no sentido de concordar inteiramente com a intervenção do Dr. Rodrigues Gonçalves. De facto, pelo que eu li nos jornais, chegámos ao ponto do “vale tudo”. E o “vale tudo” passa, inclusivé, pela chantagem directa e em público sobre os eleitores, dizendo “ou votam em mim, ou não há dinheiro”, “ou me apoiam, ou não há dinheiro”. Eu penso que, de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto, isto é deplorável. Mas há mais: há situações de promotores de listas que, para conseguirem candidatos que estão numa determinada associação, dizem: “vai na nossa lista que eu prometo-te um subsídio do Governo Civil para fazeres a obra de que andas a falar”. Isto é usar os dinheiros do Estado, é usar o aparelho do Estado para fins partidários. E isto é absolutamente condenável, para não falar de outras situações. Portanto, não podia estar mais de acordo com o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, quando ele colocou esta questão.

Sobre esta declaração do Carlos Mendes – eu permito-me também dizer isto pois estamos numa Assembleia –, tens que ir aos ensaios porque vocês ensaiaram mal o facto político. Isso tinha piada se, no final da tua intervenção, fizesses essa rábula. Depois, vieste aqui, no *remaque*, dizer que hoje já não falavam mais. Isto, sinceramente...”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Eu não costumo ensaiar e gosto de falar de improviso, para ser mais verdadeiro. E, por isso, vou fazer a minha intervenção continuando a ser verdadeiro. Queria dizer ao Sr. Carlos Mendes que é falso o pedido de reunião dos encarregados de educação dos alunos da escola do Senhor das Almas à Câmara Municipal. Repito: é falso, para além de outras coisas que foram ditas e que não correspondem à realidade. Disseram que eu prometi e eu não prometi nada. Aliás, como o meu amigo disse e muito bem, eu, nas últimas eleições, nem sequer apresentei programa eleitoral. E disse-o aqui, no acto de posse. Quando tomei posse disse claramente que tinha ganho as eleições sem apresentação de programa porque as pessoas confiavam em mim. E, por isso, nada melhor do que ser verdadeiro.

E esta história da política da verdade, para mim não é novidade porque eu sou verdadeiro e faço questão de ser verdadeiro. Faço questão de não criar expectativas às pessoas sobre aquilo que eu, à partida, sei que não tenho condições para o fazer. E, por isso, aqui estou, com toda a frontalidade, a falar sobre estas questões. E a dizer claramente que esta tese, de querer agora passar a ideia... Já houve aí outras alturas e outros momentos, em que os meus adversários políticos tentaram passar a ideia de que eu era um ditador, mas isso não “pegou”. Depois, começaram a “pegar” noutras teses: que era a política do bip e que era a política do caminho. Afinal, as pessoas podem ver que não era a política do bip e a política do caminho. Existem aí muitas obras e grandes obras e isso é que vos atrapalha e vos confrange. Isso é que vos traz nervosos e vos faz fazer esse tipo de declarações: é saberem que a vossa linguagem aqui não corresponde à realidade. É saberem que aquilo que dizem aqui não tem nada a ver com aquilo que o povo pensa. É virem aqui fazer discursos de hipocrisia e serem desmontados, com ainda agora foi desmontado um pelo João Abreu sobre as pressões sobre os putativos candidatos. E esta é que é a realidade: é a utilização de recursos – de que eu não tenho nada a ver com isso – com fins políticos. É a utilização de algumas escolas com fins políticos, que é a pior coisa que se pode fazer. E isso foi utilizado e está a ser utilizado a favor de um candidato. E isto é que é dramático. E isto é que é jogar de forma anti-democrática. É utilizar meios que não devem ser utilizados, com fins políticos. Eu gostaria de dizer isso aqui, bem claro, olhos nos olhos, com toda a calma e com toda a serenidade. Estou à vontade. Ninguém me dá lições de democracia. E falo com toda a gente, ao contrário de alguns que só se lembram das pessoas nestes momentos, antes das eleições. Agora é que vão contactá-las para fazer listas e para outras coisas. E, durante todo o período, esqueceram-se que as pessoas existiam, que tinham questões e que tinham problemas para resolver. Eu, isso, não costumo fazer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E gostaria de dizer que a Câmara recebe as pessoas e fala com as pessoas. O que a Câmara não cede é a pressões, que é diferente. Não cede a pressões. A Câmara fala com as pessoas, ouve as pessoas e vê se, efectivamente, há ou não há necessidade. Depois, vê se a necessidade é ou não uma prioridade. A seguir, actua em conformidade. E isso a Câmara faz.

Também gostaria de dizer que também estive na educação. E estive muitos anos na educação e muitos anos sem gozar férias, para trabalhar pelos alunos e em prol daquilo que era o interesse dos pais e do próprio concelho. Estou à vontade para falar sobre estas coisas, muito à vontade. Candidatei-me a cinco actos eleitorais consecutivos e ganhei sempre, respeitando as regras democráticas. E tinha, na minha escola, votações de professores de noventa por cento. E ganhei sempre com margens de setenta por cento. Portanto, é próprio de uma democracia haver uns a favor e uns contra, haver os que gostam mais e os que gostam menos.

Mas há uma coisa que é importante e digo-o aqui assim, à vontade: ninguém neste concelho, apareça o primeiro, a acusar-me que eu desviar o que quer que seja do erário público em favor próprio. Ninguém, neste concelho, tem esta condição. E eu não sei se outros podem dizer isso. Eu não sei se outros podem utilizar este mesmo argumento que eu estou a utilizar. A seriedade, a honestidade e a verdade, podem ter a certeza que estou à vontade nessa matéria.

E estou perfeitamente à vontade para, se fôr necessário, dar a conhecer ao eleitorado aquilo que são os meus rendimentos. Sem problemas nenhuns. De pegar na minha declaração do IRS e pô-la à vontade de qualquer munícipe deste concelho.

Para concluir, gostaria de dizer que estou à vontade, que continuarei à vontade e não vai ser por aquilo que alguns possam dizer que me vão “tirar do sério”, que me vão fazer mudar, que me vão fazer alterar os meus comportamentos. Estou perfeitamente à vontade.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Luís Almeida sobre a estrada da Felgueira Velha, queria informar que aquela rotunda não foi executada agora. Já existia de uma primeira intervenção que foi feita, nomeadamente por causa da variante Nossa Senhora da Estrela, no Seixo da Beira. Também queria dizer que, precisamente porque entendemos que aquela rotunda estava mal implantada, já tratámos de proceder à aquisição do terreno necessário para a deslocalizar ligeiramente para esquerda, no sentido daqui para a Felgueira, de forma a evitar o problema que existe neste momento com aquele pavimento.

Também queria dizer ao João Abreu, sobre a estrada Lagares/Meruge que a obra já devia estar concluída há muito tempo. Isto são aquelas questões que existem com as empresas. Já foram dadas duas prorrogações de prazo à empresa para conclusão da obra e esta já devia estar concluída. Já falei com os serviços técnicos por causa da falta da pintura horizontal, da sinalização vertical e das guardas de protecção. Espero, sinceramente, que a empresa conclua a obra o mais rapidamente possível.

Sobre a questão da ETAR de Meruge, queria informar que me apercebi agora, recentemente, pois foi feito para cá um pedido, que a empresa Águas do Zêzere e Côa não tinha procedido à desafecção do terreno onde ia ser feita a ETAR. E houve necessidade de fazer a desafecção e a Câmara emitir uma declaração de interesse público para que o terreno fosse desafectado. Esse pedido vai agora a uma reunião da Comissão da Reserva Agrícola Nacional, para desafecção, e, depois, em princípio já estarão reunidas as condições para avançar para concurso e poder realizar a obra.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também queria dar conta que, das obras que foram integradas naquele processo que veio aqui para contracção de empréstimo, falta lançar o concurso da estrada do Moinho do Buraco ao Pólo Industrial da Cordinha, o que irá ser concretizado brevemente. A partir daí, estão todos os concursos lançados. Há umas obras com maiores índices de desenvolvimento. Outras estão um pouco mais atrasadas mas estamos a fazer os possíveis para que se possam concretizar o mais rápido possível.

Dizer, também, que, ao nível do QREN... E, por isso, quando eu ouvi o Carlos Mendes falar sobre as oportunidades perdidas, quando vier com esse discurso, de que houve oportunidades perdidas por acção do Governo do Partido Socialista, pelo “chumbo” de candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Portanto, por acção do Governo socialista. Aliás, há muitas oportunidades perdidas. Desde logo, ao nível do QREN, ouçam o que é que diz o País. Não é o que diz o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital mas é o que diz o País. O que é que ainda hoje disse o Presidente da Área Metropolitana do Porto? O que é que diz a Associação Nacional de Municípios? E o que é que dizem, pelo País fora, sobre a questão do QREN? Ainda na semana passada vinha plasmado num jornal de que não haveria mais verba nenhuma no QREN porque o processo que foi enviado para Bruxelas terá que ser reformulado. Portanto, isto não tem a ver com oportunidades perdidas pelos Srs. Presidentes das Câmaras; tem a ver com oportunidades perdidas pelo Governo e que criou todos estes estrangulamentos ao nível das próprias autarquias. Eu sei que dói mas é preciso dizer que, se o País está em crise, essa crise, porventura é mais grave porque os dinheiros que podiam estar “a correr”, para ter obras a andar, para gerar emprego e fazer andar a economia, não estão “a correr” por culpa do próprio Governo. E isto tem que ser dito e as pessoas têm que saber disto. Aliás, em Oliveira do Hospital, o que é que o Governo fez? Quis tirar-nos o atendimento permanente no Centro de Saúde. Quer tirar-nos o Tribunal. Sobre a ESTGOH, nem uma palavra. Então, onde é que está a acção do Governo Socialista? Então, o que é que nos querem dizer, aqui, os nossos amigos deputados do Partido Socialista? O que é que vão dizer às gentes de Oliveira do Hospital? Vão dizer que o Governo fez o quê, em prol do concelho de Oliveira do Hospital? O Governo, por sua acção, tentou tirar aquilo que já tínhamos e, de acréscimo, trouxe-nos zero, para não dizer que foi menos do que zero. E isto tem que ser dito, claro e bem alto, para que toda a gente saiba qual foi a acção do Governo nos últimos quatro anos para Oliveira do Hospital.

E há alguns que vêm com a história do PARES e de outras coisas ligadas ao PARES. Mas, essas, também estão um bocado associadas ao que o João Abreu disse. Por isso, quando eu disse, no lançamento de uma obra, “a política da necessidade acima da política da influência”, alguns ficaram muito confusos e até vieram aqui, à Assembleia, dizer aquelas coisas todas que nós costumamos ouvir. Mas esta é a realidade.

E há outra realidade: é que eu, pelo menos, já estou cansado dos velhos políticos, daqueles que ocuparam cargos, que nunca fizeram nada por isto mas que aparecem a falar como sendo os donos da verdade, como sendo os senhores dos projectos, como sendo os grandes actores do desenvolvimento concelhio. Mas, quando puderam fazer alguma coisa por Oliveira do Hospital, o que é que nós vimos? Nada! Meus caros: isto tem que ser dito. Doa o que doer e doa a quem doer.”

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
25.ABR	Comemorações do 25 de Abril
27.ABR	Reunião da Associação de Municípios da Cova da Beira – Covilhã
28.ABR	Reunião da CIP, em Pedrógão Grande
29.ABR	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
29.ABR	Reunião do Conselho-Geral Transitório do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas
14.MAI	Reunião da Associação de Municípios do Planalto Beirão
18.MAI	Reunião do Conselho-Geral Transitório do Agrupamento do Vale do Alva
19.MAI	Reunião com Direcção da Obra D. Josefina da Fonseca
20.MAI	Reunião com Conselho de Administração da FAAD
20.MAI	Reunião das Águas do Zêzere e Côa
22.MAI	Assembleia-Geral das Águas do Zêzere e Côa
27.MAI	Reunião com Director Distrital das Estradas de Portugal
27.MAI	Reunião do Conselho-Geral Transitório do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas
28.MAI	Assembleia-Geral da ADESA
31.MAI	Cerimónia de Descerramento de Busto do Comendador Serafim Marques
02.JUN	Reunião com IPSS's concelhias – Contrato Local de Desenvolvimento Social

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Ponto de situação	Observações
Regional do Centro (Mais Centro)	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Requalificação Urbanística do Largo Ribeiro do Amaral e Requalificação da Av. 5 de Outubro, R. General Santos Costa e da R. Prof. Antunes Varela, em Oliveira do Hospital	Em apreciação	
Regional do Centro (Mais Centro)	Mobilidade Territorial	Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite do Concelho – Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 504-2 entre a EM 504 e a povoação de Meruge	Candidatura apresentada em 30.ABR.2009 Em apreciação	Contrato de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte
Regional do Centro (Mais Centro)	Mobilidade Territorial	Estrada do Vale do Alva - 3ª Fase : Troço III Aldeia das Dez / Vale de Maceira	Candidatura apresentada em 30.ABR.2009 Em apreciação	Contrato de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte
Regional do Centro (Mais Centro)	Rede de Equipamentos Culturais	Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	Candidatura apresentada em 30.ABR.2009 Em apreciação	Contrato de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

Terminadas as informações do Sr. Presidente da Câmara, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter explicado que a presente alteração surge, essencialmente, por força das modificações efectuadas na legislação sobre contratação de pessoal, a Mesa colocou à votação a proposta da segunda alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Oliveira do Hospital.

O Sr. Presidente da Câmara explicou que a presente alteração surge da necessidade de aumentar o número de sepulturas perpétuas no Cemitério Municipal, através da conversão de sepulturas temporárias. O Sr. Carlos Rocha perguntou ainda quantos lotes, depois da presente alteração, ficam destinados a sepulturas temporárias, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que são em número de dois.

Não havendo intervenções sobre o assunto, foi a mesma proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Por fim, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo vinte e três horas e quinze minutos, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
